

ATA DA 7ª (SETIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DE  
2019

**Data: 12/07/2019 - Membros:** Gestor, Nelson de Souza - Diretor Presidente, Everton Sant'ana – Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças, Lucielma Ferreira Feitosa – Membro do Comitê, William Lancellootti – Membro do Comitê, Fábio Enrique Camilo Jose Esteves. **Convidados** – não houve. As quatorze horas e trinta minutos do dia doze de julho de dois mil e dezenove, reuniram-se ordinariamente os membros do comitê abaixo-assinados para esta reunião. Dando início aos trabalhos, o Sr. Everton Sant'ana procedeu à leitura da ordem do dia, que passou a ser objeto de análise pelos presentes: **1) Leitura da Ata anterior:** dispensada a leitura da ata; **2) Instituições Recebidas e visitadas:** não houve **3) Avaliação do Mercado:** CENÁRIO INTERNACIONAL Em mais uma reviravolta no cenário internacional, junho trouxe uma distensão do conflito comercial entre os Estados Unidos e a China, que vinha em um impasse de aparente difícil solução desde o início de maio, mas acabou culminando com uma trégua assinada pelos dois países no final do mês. As incertezas relacionadas ao futuro do comércio mundial, entretanto, continuaram pesando sobre as perspectivas de crescimento, levando os principais Bancos Centrais a indicar a possibilidade de prover um ambiente de maior liquidez adiante, o que acabou por beneficiar as bolsas e demais ativos de risco em junho iniciou sob temores de uma intensificação da onda protecionista americana e grande preocupação quanto a seus efeitos contracionistas sobre o crescimento global, sob o impasse das negociações com a China, a perspectiva de taxação de 100% das importações americanas do país asiático e a expectativa de também um aumento de tarifas de importação sobre o México. As ameaças, entretanto, se desvaneceram ao longo do mês. Estados Unidos e México fecharam um acordo pelo qual as tarifas não seriam elevadas em troca de maior cooperação na segurança da fronteira entre os dois países e algum aumento na compra de bens americanos, majoritariamente agrícolas. O acordo afastou riscos de impactos negativos tanto sobre a atividade quanto sobre a inflação. Entre elevações no tom das ameaças e muito suspense, os líderes americano e chinês concordaram em se encontrar ao final do mês na reunião do G-20, na qual finalmente foi selada uma trégua. As negociações foram reabertas, retomadas do ponto onde foram interrompidas em maio e foi afastado o risco iminente de novas tarifas. Entretanto, entre idas e vindas, a trégua traz um alívio de curto prazo, mas o mercado mantém certo ceticismo, pois segue sem detalhes concretos ou um cronograma para o prosseguimento das negociações. Outro ponto igualmente relevante de inflexão do cenário internacional em junho foi o reconhecimento explícito das principais autoridades monetárias de que o grau de incerteza a que o cenário global estava exposto passou a comprometer de tal forma as expectativas de crescimento que se fez necessário indicar claramente uma disposição de se oferecer mais estímulos à frente, se e quando necessário. Os Bancos Centrais procuraram se antecipar diante dos dados mostrando desempenhos fracos no 2º trimestre ao redor do Globo e da pouca perspectiva de que um acordo sino-americano revertesse de forma significativa as incertezas que pairam como uma nuvem cinzenta sobre as decisões produtivas, de investimento e consumo, não apenas nos países diretamente envolvidos no conflito. O

Federal Reserve abandonou a sinalização de “paciência”, que vinha mantendo há meses, e reconheceu que as incertezas no cenário, especialmente relacionadas às perspectivas para comércio exterior e crescimento global, reforçavam as recomendações a favor de uma postura mais acomodatória. Ainda que a o FOMC tenha optado pela manutenção das taxas de juros na sua reunião de junho, o comitê passou a indicar em seus comunicados que “agirá conforme for apropriado”, o que abriu espaço para que o mercado passasse a precificar dois cortes de juros este ano (de 0,25% cada). Na Europa, o Banco Central Europeu acenou claramente com uma postura mais acomodatória, ao afirmar que estímulos adicionais poderiam vir a ser necessários se o cenário não apresentar melhoras. O BCE indicou que não apenas poderia alterar sua sinalização sobre a expectativa quanto à normalização das taxas de juros, como também passar a cortar juros ou prover liquidez adicional, reativando seu processo de relaxamento quantitativo. O Banco do Japão também indicou riscos pendendo para o lado negativo, mostrando mais dúvidas sobre a trajetória esperada para a atividade e para as condições da inflação (que segue contida), chegarem à meta. Vale por fim destacar, no cenário internacional de junho, que a tensão geopolítica com relação ao Irã aumentou, com o risco de escalada a um conflito militar propriamente dito com os Estados Unidos tendo sido evitado, mas com informações de que ocorreram ataques cibernéticos. Esse aumento de tensão explicou grande parte da volatilidade do petróleo no mês, em paralelo aos fatores pesando sobre o crescimento global e à expectativa de manutenção dos cortes de produção pela Opep e aliados no segundo semestre. **CENÁRIO DOMÉSTICO** Os percalços na tramitação da Reforma da Previdência ocuparam muito do noticiário local ao longo do mês, com a divulgação do texto do relator na Comissão Especial da Câmara e o início das negociações para as alterações do substitutivo, além de um novo desalinhamento entre Executivo e Legislativo. Embora persistam dúvidas sobre como se dará o relacionamento entre os dois poderes no segundo semestre e como isso afetará a pauta de medidas a ser apreciada pelo Congresso e também o desempenho da economia adiante, predominou nos mercados em junho a percepção de que a Reforma da Previdência, crucial para qualquer cenário de solvência fiscal, tenderia a terminar com uma economia prevista para os próximos 10 anos razoável e com chances de ser aprovada em plenário na Câmara ainda antes do recesso parlamentar. A essa percepção somaram-se também a expectativa de um cenário internacional com maior liquidez e o tom mais propício a um afrouxamento monetário sinalizado pelo Copom, criando um ambiente positivo para a bolsa brasileira e para a apreciação do real em junho. O frágil desempenho dos indicadores econômicos no 2º trimestre, entretanto, aliado à incerteza de médio prazo sobre as condições para a retomada da economia, mesmo sendo aprovada a reforma, seguiram em segundo plano, pesando sobre as expectativas dos agentes, com as estimativas de crescimento sendo revistas para baixo. O consenso de mercado apurado pelo Banco Central na pesquisa Focus para o PIB de 2019 recuou para 0,85%, de 1,1% no fim de maio, e para 2,20% para 2020, de 2,50% no fim de maio. O que acabou levando também a um recuo nas expectativas para a inflação, com o consenso para o IPCA de 2019 recuando de 4,0% para 3,8% e o de 2020 de 4,0% para 3,90%. Nesse ambiente, o Copom indicou em suas comunicações oficiais ao longo do mês de junho que o balanço dos riscos para a inflação evoluiu de forma favorável, embora ainda considerasse que o risco relacionado a uma eventual frustração das expectativas sobre os avanços das reformas e ajustes necessários à economia seguia preponderante. A autoridade monetária acabou por explicitar que avanços concretos na agenda de reformas seriam fundamentais para a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva (potencialmente abrindo espaço para um corte de juros, portanto).

Mas procurou atenuar a relação causal, reforçando que suas decisões seriam tomadas olhando a evolução do balanço de riscos, e como o eventual avanço nas reformas se transmitiria através das variáveis macroeconômicas para o cenário prospectivo para inflação – sem explicitar uma etapa específica de aprovação da Reforma da Previdência, portanto. Diante dessa combinação de uma atividade econômica que segue patinando, com manutenção da incerteza sobre a recuperação da confiança e das condições de reaceleração da atividade, mesmo aprovada a Reforma da Previdência na Câmara, e considerando ainda a melhora de curto prazo observada nos índices de inflação correntes, o alívio no cenário internacional e a sinalização oferecida pelo BC, o mercado passou a precificar um ciclo de corte de juros este ano. O consenso do mercado passou a embutir a expectativa de um corte total de 1,00 p.p. na taxa Selic até o final do ano, e mantém agora a estimativa de um ciclo de alta de 0,5 p.p. para o final de 2020. A depender da evolução dos dados no decorrer de julho e da tramitação da Reforma da Previdência, o primeiro corte, de 0,25 p.p., pode ocorrer já na reunião do Copom do fim de julho. Olhando adiante, julho se inicia com um ambiente cauteloso no cenário externo, acompanhando a retomada das negociações comerciais, na expectativa das divulgações de dados de atividade para ter uma melhor visão das perspectivas de crescimento e mantendo um olho nas divulgações dos resultados de empresas referentes ao 2º trimestre e outro nas decisões dos bancos centrais. Internamente, o foco majoritário fica nas etapas de aprovação da Reforma da Previdência, monitorando em paralelo os dados de atividade e inflação para balizar as apostas sobre o ritmo de cortes de juros pelo Copom. **4) Rentabilidade:** a rentabilidade do mês junho/19 foi de **R\$ 16.680.308,41** (dezesseis milhões seiscentos e oitenta mil trezentos e oito reais e quarenta e um centavos). Segue abaixo quadro da rentabilidade acumulada do ano:.....

MÊS	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	RETORNO (\$)	RETORNO (%)	META (%)
JANEIRO	472.313.219,54	499.667.732,18	16.375.697,14	3,38%	0,87%
FEVEREIRO	499.667.732,18	505.013.478,73	634.315,58	0,11%	1,01%
MARÇO	505.013.478,73	511.482.612,55	1.592.580,22	0,35%	1,21%
ABRIL	511.482.612,55	<b>523.429.705,44</b>	7.392.010,13	1,42%	1,09%
MAIO	523.429.705,44	<b>533.800.686,09</b>	9.168.207,67	1,75%	0,48%
JUNHO	533.800.686,09	<b>558.605.300,91</b>	16.680.308,41	3,08%	0,45%
<b>ACUMULADO DO ANO</b>			<b>51.843.119,15</b>	<b>9,28%</b>	<b>5,41%</b>

**5) Meta Atuarial:** no exercício de 2019 a meta atuarial foi de 5,41% (IPNC + 6%), e o retorno da nossa carteira foi de 9,28%. **6) Repasses dos Segurados e entes Patronais:**.....

ENTE	REPASSES				TOTAL
	FINANCEIRO		PREVIDENCIARIO		
	SERVIDOR	PATRONAL	SERVIDOR	PATRONAL	
PMG MAIO	03/07/2019	03/07/2019	03/07/2019	03/07/2019	6.885.502,98
	R\$ 1.807.476,99	R\$ 2.152.540,28	R\$ 1.335.269,01	R\$ 1.590.216,70	

PMG PATRONAL MAIO		18/06/2019		18/06/2019	162.461,76
		R\$ 104.648,68		R\$ 57.813,08	
SERVIDOR CEDIDOS			01/07/2019	01/07/2019	934,40
			R\$ 426,49	R\$ 507,91	
SERVIDOR CEDIDOS			04/07/2019	04/04/2019	2.460,73
			R\$ 1.123,16	R\$ 1.337,57	
INATIVOS LEI 1212 - MAIO	28/06/2019				33.203,68
	R\$ 33.203,68				
CAMARA ABRIL	03/07/2019	03/07/2019			129.461,47
	R\$ 59.090,30	70.371,17			
INATIVOS CAMARA ABRIL	03/07/2019				13.000,09
	R\$ 13.000,09				
GUARUJÁ PREVIDENCIA	28/06/2019	28/06/2019	28/06/2019	28/06/2019	25.018,30
	R\$ 3.035,98	R\$ 3.615,57	R\$ 8.383,15	R\$ 9.983,60	
GJA PATRONAL BENEFICIOS MAIO				28/06/2019	516,93
				R\$ 516,93	
PAGAMENTO JUROS FUINDO IMOBILIARIO			12/06/2019		10.500,00
			R\$	10.500,00	
PAGAMENTO JUROS FUINDO IMOBILIARIO			10/07/2019		10.500,00
			R\$	10.500,00	
PARCELAMENTO DIVIDA 21/41		18/06/2019		18/06/2019	109.385,25
		R\$ 60.670,27	R\$	48.714,98	

**7) Alocação temporária dos repasses:** os repasses acima, foram aplicados automaticamente no Fundo Brasil Disponibilidade RF da Caixa Econômica Federal, no valor total de **R\$ 7.382.945,19** (sete milhões trezentos e oitenta e dois mil novecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), até a data desta reunião, somando-se a este valor o parcelamento existente junto a PMG. **8) Taxa de Administração e Folha de Pagamento de Benefícios:** do total repassado foi transferido o valor de **R\$ 700.000,00** (setecentos mil reais) referente a taxa de administração para a conta CEF 150-6, que visa cobrir os gastos administrativos desta autarquia. Transferido também o valor de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil) para conta do fundo financeiro e o valor de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais) para o fundo previdenciários para pagamentos dos benefícios e inativos. **9) Análise e decisão do Comitê de Investimento:** com base no cenário econômico e as notícias sobre a votação da reforma da previdência, e analisando o cenário mundial, por unanimidade o comitê decidiu por cautela neste momento aplicar em fundos menos expostos aos rumores políticos nacionais. Segue abaixo as aplicações a serem realizadas:

1 - TRANSFERÊNCIAS ADMINISTRATIVAS			
FUNDOS / BANCOS	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
FOLHA PAGAMENTO SANTANDER	R\$ 1.500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00
TAXA DE ADM CEF	R\$ 408.421,96	R\$ 291.578,04	R\$ 700.000,00
<b>SUB TOTAL (1)</b>	<b>R\$ 1.908.421,96</b>	<b>R\$ 791.578,04</b>	<b>R\$ 2.700.000,00</b>

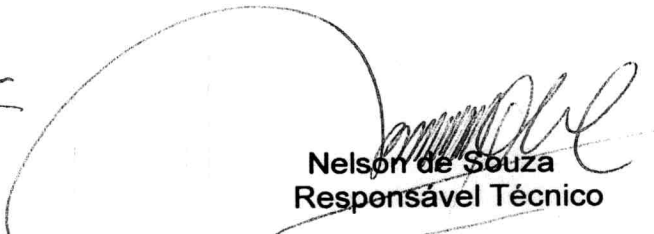
  

2 - INVESTIMENTOS			
FUNDOS / BANCOS	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
<b>RENDA FIXA</b>			
CEF DISPONIBILIDADE	R\$ 42.495,82	R\$ 40.449,77	R\$ 82.945,59
<b>SUB TOTAL (2)</b>	<b>R\$ 42.495,82</b>	<b>R\$ 40.449,77</b>	<b>R\$ 82.945,59</b>
<b>RENDA VARIÁVEL</b>			
SAFRA BDR	R\$ 2.356.735,23	R\$ 2.243.264,77	R\$ 4.600.000,00
<b>SUB TOTAL (3)</b>	<b>R\$ 2.356.735,23</b>	<b>R\$ 2.243.264,77</b>	<b>R\$ 4.600.000,00</b>
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES (1+2+3)</b>	<b>R\$ 4.307.653,01</b>	<b>R\$ 3.075.292,58</b>	<b>R\$ 7.382.945,59</b>

**10) Alteração DPIN 2019:** Atendendo a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com foco nas Resoluções CMN Nº 3.922 de 25 de Novembro de 2010 e as alterações dada pela Resolução 4.695 de 27 de novembro de 2018, e ainda a possibilidade de alteração dos percentuais de alocação para investimentos em renda fixa e renda variável viabilizada com a certificação do pró-Gestão, o Comitê de Investimentos da Guarujá Previdência por unanimidade aprovou a presente proposta e solicita a alteração da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2019. **Artigo 7º I, "a"** – alteração do Objetivo de Alocação de 17% para 4%; **Artigo 7º, I "b"** – alteração do limite inferior de 10% para 8% e objetivo de alocação de 29% para 34%; **Artigo 7º, IV "a"** - alteração do limite inferior de 10% para 8% e objetivo de alocação de 25% para 30%; **Artigo 7º, VII "b"** - alteração do Objetivo de Alocação de 3% para 2%; **Artigo 8º, I "a"** - alteração do Objetivo de Alocação de 2% para 1%; **Artigo 8º, II "a"** - alteração do Objetivo de Alocação de 14,5% para 17%; **Artigo 8º, III** - alteração do Objetivo de Alocação de 6% para 8%; **Artigo 8º, IV "a"** - alteração do Objetivo de Alocação de 2,5% para 1,5%; **Artigo 8º, IV "b"** - alteração do Objetivo de Alocação de 1% para 0,5%; **Artigo 9º, III** - alteração do Objetivo de Alocação de 0% para 2%. Nada mais a declarar eu, Lucielma Ferreira Feitosa encerro esta ata.



**Everton Sant'ana**  
Diretor Presidente



**Nelson de Souza**  
Responsável Técnico

**PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**



**FOLHA 61**

  
**Lucielma Ferreira Feitosa**  
Gerente de Planejamento, Orçamento  
Contabilidade e Finanças

  
**William Lancellotti**  
Membro do Comitê

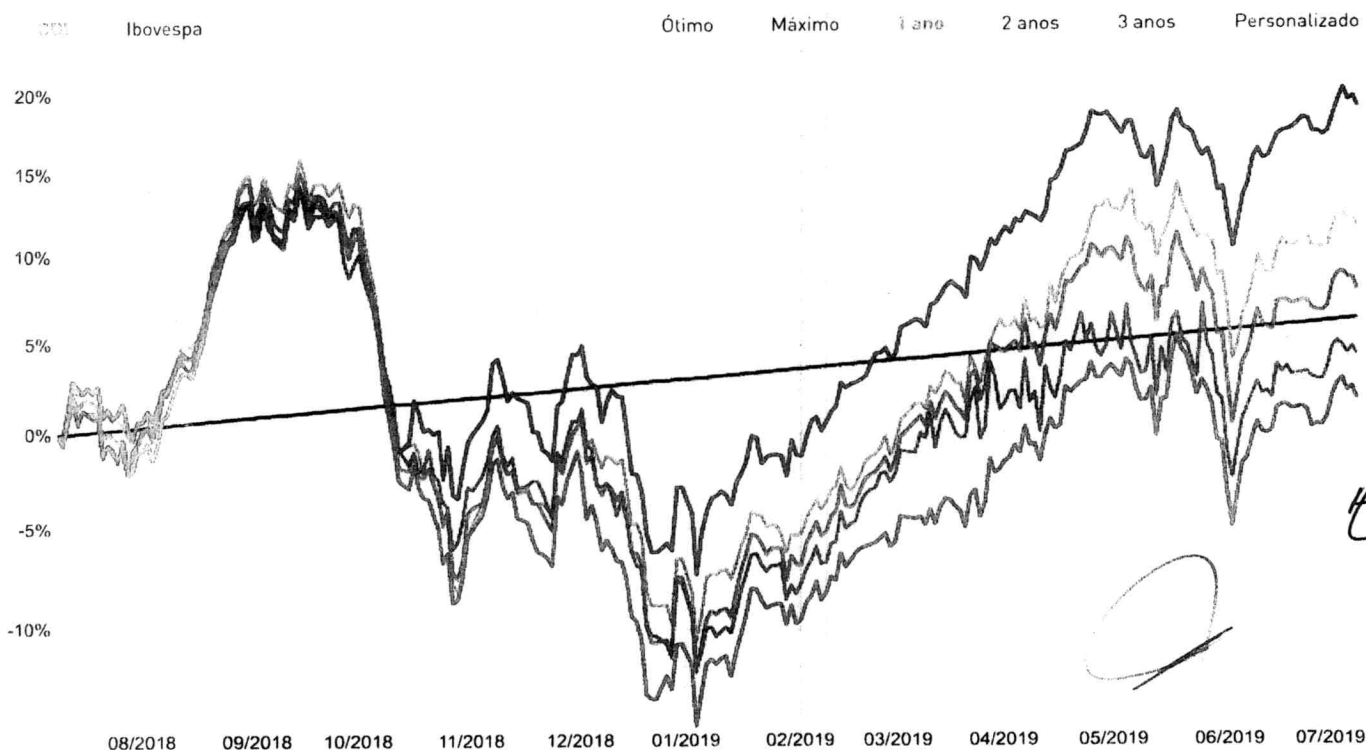
  
**Fabio Enrique Camilo Jose Esteves**  
Membro do Comitê



## Comparação de fundos

Busque por nome ou CNPJ de fundos para incluir na comparação

Rentabilidade Underwater Volatilidade Correlação



## ■ CDI

Rentab. absoluta: 6,32%

Rentab. relativa: 100,00%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): N/A

Risco: N/A

## ■ WESTERN ASSET FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES BDR NÍVEL I

Rentab. absoluta: 11,42%

Rentab. relativa: 180,80%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): 0,32

Risco: 16,01%

## ■ SAFRA CONSUMO AMERICANO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES BDR-NÍVEL I PB

Rentab. absoluta: 18,95%

Rentab. relativa: 299,83%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): 0,81

Risco: 15,62%

## ■ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I

Rentab. absoluta: 7,81%

Rentab. relativa: 123,60%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): 0,09

Risco: 17,47%

## ■ BRADESCO INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES BDR NÍVEL I

Rentab. absoluta: 1,75%

Rentab. relativa: 27,75%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): -0,27

Risco: 16,81%

## ■ ITAÚ AÇÕES BDR NÍVEL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Rentab. absoluta: 4,13%

Rentab. relativa: 65,33%

Consistência: N/A

Sharpe (risco/retorno): -0,11

Risco: 19,60%